

“Os mais notórios elementos vermelhos deste País se instalam já no próprio Palácio presidencial da República”: a Doutrina de Segurança Nacional nos discursos dos deputados da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1963-1964)

Guilherme Catto

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria - Rio Grande do Sul - Brasil
gcatto@msn.com

Resumo: O presente trabalho consiste na análise da atuação dos parlamentares da Legislatura 1963-1966 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em oposição ao Governo de João Goulart e em apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964. Inspirados pela concepção de que o movimento golpista contou com ampla participação de civis, inclusive através de partidos políticos conservadores, visamos, com essa produção, encontrar elementos que denotem o alinhamento dos parlamentares dessa Legislatura aos conceitos da Doutrina de Segurança Nacional, um dos principais alicerces do referido Golpe. Para tanto, buscamos encontrar em seus discursos a formulação de imaginários baseados em elementos da Doutrina, como: a concepção de “guerra total”, “inimigo interno” e “fronteiras ideológicas”. Metodologicamente utilizamos a análise de conteúdo, em seu viés qualitativo. Teoricamente nos baseamos no conceito de imaginário, próprio da História Política, considerado peça fundamental na disputa política e na legitimação do poder.

Palavras-chave: Golpe de 1964. Doutrina de Segurança Nacional. Assembleia Legislativa do RS.

Introdução

A participação de civis no processo golpista que derrubou o Governo João Goulart em 1º de abril de 1964 já não é uma novidade na historiografia brasileira. Desde clássicos¹, passando por dissertações e teses realizadas em Programas de Pós-Graduação por todo o país, diversas obras evidenciam que a articulação de lideranças civis e militares foi fundamental no processo de desestabilização do Governo Jango, posto a cabo desde sua posse, em 1961, até a culminância do processo em março/abril de 1964. Levando esses fatores em consideração, o presente trabalho busca demonstrar o quanto essa aliança entre civis e militares pode ser encontrada na atuação dos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente através da formulação e

¹ Pode-se dizer que a principal obra nesse sentido seja a de DREIFUSS, 1981.

manipulação de um imaginário baseado em aspectos da Doutrina de Segurança Nacional, base ideológica tanto para o Golpe de 1964, quanto para a Ditadura instaurada a partir dele.

Tratamos o conceito de “imaginário” a partir de uma abordagem calcada na História Política, que procura demonstrar que esse domínio não é um obstáculo para a análise da realidade, mas parte constituinte dessa, além de peça fundamental para o exercício do poder político (BACZKO, 1985). Segundo Baczko (1985, p. 310), “todo poder tem que se impor como poderoso, mas também como legítimo” e é através da disputa política no domínio do imaginário que os poderes constituídos buscam construir a sua legitimidade. Consideramos que o poder está rodeado de representações² coletivas e é essa característica que torna “o domínio do imaginário e do simbólico [...] um importante lugar estratégico” (BACZKO, 1985, p. 297). São as representações formuladas nesse domínio que classificam um poder como legítimo, expressam a necessidade de sua existência e mobilizam os sujeitos para que obedeçam e apoiem. O fundamental nessa abordagem é perceber que o imaginário age e interfere na vida real, da qual, anteriormente, era considerado somente uma espécie de ornamento. Nesse sentido é importante pensarmos representações e ações não em oposição, mas como interdependentes (MOTTA, 2000, p. 11). Afinal, são “as imagens exaltantes e magnificentes dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria ação das forças em presença” (BACZKO, 1985, p. 298).

Sendo assim, podemos considerar que o domínio do imaginário pode funcionar como uma das forças reguladoras da sociedade: identificando inimigos, validando objetivos, legitimando e mobilizando ações, etc. É também através dos imaginários que uma coletividade produz uma representação da sociedade em que está inserida, designando quem está “dentro” e quem está “fora”; constrói modelos de bom comportamento, excluindo comportamentos que não são aceitos; forma as imagens de seus amigos e inimigos, rivais e aliados (BACZKO, 1985). São essas divisões elaboradas através de representações que ajudam a legitimar um poder instituído. A legitimação, ou os princípios de legitimidade, são, como define Bobbio (1987, p. 88), maneiras pelas quais se “procurou dar, a quem detém o poder uma razão de comandar, e a quem suporta o poder, uma razão de obedecer”. Considerando o potencial apresentado, é compreensível que a disputa política e pelo poder se dê, também, no domínio do imaginário. Ao mesmo tempo, “ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais” (BACZKO, 1985, p. 310).

Por acreditarmos que “o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações

² Define-se representação ou representações como “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreensão do real” e que não são discursos neutros, pois “produzem estratégias e práticas” (CHARTIER, 1990, p. 17).

coletivas numa linguagem (BACZKO, 1985, p. 311), as fontes utilizadas para a realização desse trabalho foram os Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, obtidos junto ao Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Por meio da leitura dos discursos, procuramos analisar como, através da manipulação de imaginários sociais, os parlamentares justificaram ações; validaram objetivos; definiram seus inimigos; mobilizaram indivíduos para a ação, apagando as incertezas inerentes às escolhas. Tudo isso a partir de conceitos muito semelhantes aos da Doutrina de Segurança Nacional e que serviram para a legitimação do novo poder instituído através do Golpe de 1º de abril de 1964.

A característica das fontes, bem como o objetivo da análise nos guiou para a utilização, do ponto de vista metodológico, da análise de conteúdo. Essa é uma “metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos” (MORAES, 1999, p. 9), ou ainda “uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682). Essa análise “ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além da leitura comum” (MORAES, 1999).

Optamos por uma abordagem qualitativa da análise de conteúdo, cuja preocupação maior é “a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem” (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Tal abordagem centra-se mais na descrição e interpretação dos dados obtidos, ao passo que na abordagem quantitativa “se traça uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto” (CAREGNATO; MUTTI, 2006). A interpretação é parte central da análise de conteúdo, especialmente em sua abordagem qualitativa e faz com que se atinja “uma compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens” (MORAES, 1999, p. 24). Obviamente, toda leitura consiste em interpretação, mas no caso da análise de conteúdo busca-se ir além dos conteúdos manifestos, alcançando os conteúdos latentes, “sejam eles ocultados consciente ou inconscientemente pelos autores” (MORAES, 1999, p. 24).

Por último, ainda são necessários alguns esclarecimentos do ponto de vista metodológico: optamos por analisar os discursos de membros da Legislatura 1963-1966, especialmente por estarem no exercício de seus mandatos durante o Golpe de 1964. Consideramos que não bastaria uma análise de comunicações e discursos que se restringisse aos dias específicos do movimento golpista, principalmente pelo caráter processual da História, bem como por aspectos da conjuntura vivida no Brasil naquele início da década 1960. Tendo isso em conta, buscamos fazer alguns recortes temporais que pudessem guiar a análise da atuação dos parlamentares durante o ano de 1963, o primeiro da Legislatura.

A escolha de determinados eventos que serviram como ponto de partida para a leitura dos Anais no ano de 1963 foi guiada por produções historiográficas que abordam a temática do contexto pré-Golpe. Assim, optamos por momentos que pudessem apresentar um maior acirramento nas discussões entre os deputados da Assembleia; períodos nos quais a crise política da época se mostrasse de maneira mais perceptível. É importante ressaltar que a pesquisa não ficou restrita aos dias dos eventos, mas se estendeu aos dias anteriores e posteriores. A partir desse critério, seis eventos e datas foram utilizados para guiar a pesquisa nos Anais da Assembleia em 1963:

1) a instalação da Legislatura, em 31 de janeiro; 2) o encaminhamento, no Congresso Nacional, da Emenda Bocaiúva Cunha³, em 15 de abril; 3) a rejeição da referida emenda, em 24 de julho; 4) a eclosão da Revolta dos Sargentos⁴ em Brasília, no dia 12 de setembro; 5) o pedido de Estado de Sítio⁵ pelo Presidente João Goulart, em 4 de outubro e; 6) a denúncia de um suposto golpe⁶ pelo Chefe da Casa Civil do Governo do Rio Grande do Sul, em 28 de dezembro. Nossa postura mudou, entretanto, em relação aos Anais de 1964. Nesse ano foram lidos e analisados a totalidade dos Anais dos meses de março e abril, além das sessões em que foram anunciadas as cassações dos parlamentares em maio.

Após a discussão referente à teoria e metodologia, se faz necessário apresentar algumas características do sistema partidário vigente entre o final do Estado Novo e o Golpe Civil-Militar de 1964, para melhor situar a atuação dos parlamentares e seus discursos. Inicialmente, é importante lembrar que, durante a Ditadura de Getúlio Vargas, os partidos haviam sido excluídos da cena política brasileira, sendo restabelecidos somente após sua derrocada. Embora a criação das novas agremiações em 1945 obedecesse a

³ Essa emenda constitucional, batizada com o nome do deputado federal trabalhista que a propôs, buscava “tornar financeiramente viável a Reforma Agrária” (TOLEDO, 2004, p. 56), através da mudança da forma de pagamento para desapropriações feitas por interesse público, que passariam a ser pagas com títulos da dívida pública, caso a mesma fosse aprovada.

⁴ A Revolta dos Sargentos se deu como uma reação ao julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inelegíveis os sargentos eleitos em 1962. O fato se inscreve na conjuntura de organização dos subalternos das Forças Armadas, que começou ainda no governo de Juscelino Kubitschek, e que tinha como uma de suas principais bandeiras “um direito elementar da ‘cidadania’: o direito de serem eleitos” (TOLEDO, 2004, p. 80). Cabe lembrar que a Constituição de 1946 considerava-os inelegíveis.

⁵ Aconselhado por seus ministros militares o presidente enviou, em 4 de outubro de 1963, uma mensagem ao Congresso pedindo a decretação do Estado de Sítio em todo o território nacional por 30 dias. A principal motivação eram os ataques sistemáticos e insultuosos, além da pregação golpista, de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, e Adhemar de Barros, governador de São Paulo. O primeiro, poucos dias antes, havia dado entrevista ao *Los Angeles Times*, na qual “havia ridicularizado a autoridade do presidente da República” (TOLEDO, 2004, p. 62).

⁶ Tratou-se da tentativa do Governo do RS de adicionar mais um pretexto para justificar a ação golpista que, naquele momento, já estava sendo articulada. Em artigo de 2005, Gilberto Calil analisa a participação dos integralistas no Golpe de 1964 e aborda a denúncia feita por Plínio Cabral, Chefe da Casa Civil. Através de entrevista com um dos membros do Governo na época – o integralista Antônio Pires – o autor esclarece que o caso se tratava de um plano arquitetado pelo governo estadual para causar ainda mais instabilidade ao Governo João Goulart. Mais detalhes em: CALIL, 2005.

clivagens mais antigas – como é colocado por Mercedes Cánepa (2005) no caso do Rio Grande do Sul – o principal ponto de divisão foi o apoio ou oposição a Getúlio Vargas (FLACH; CARDOSO, 2007) ou o getulismo *versus* antigetulismo (DELGADO, 2003). Vinculados a Getúlio, foram criados o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); oriundos da frente antigetulista surgiram a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Além desses dois grupos, havia partidos que eram herdeiros de movimentos da década de 1930 ou até mesmo anteriores, como era o caso do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, e do Partido de Representação Popular (PRP), que tinha suas raízes no integralismo da década de 1930 e na Ação Integralista Brasileira (AIB).

No Rio Grande do Sul, a estruturação dos partidos seguiu as mesmas características encontradas em nível nacional, mas o desenvolvimento de clivagens partidárias ao longo do período estabeleceu algumas peculiaridades. No estado gaúcho, o PSD foi, aos poucos, se “desgetulizando” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 64), principalmente devido ao crescimento do PTB, impossibilitando em nível regional a aliança que se tornou comum nacionalmente entre os dois partidos herdeiros do getulismo. Dessa forma, a partir das eleições de 1947, aconteceu, no Rio Grande do Sul, uma polarização no seio das forças getulistas, o PSD e o PTB, divisão que permaneceu durante todo o período (CÁNEPA, 2005). Até as eleições de 1950, boa parte dos getulistas do PSD gaúcho abandonou o partido e ingressou no PTB, o que acabou por gerar a chamada “udenização” da seção gaúcha do PSD (Ibid., p. 125) e a aproximação desse com a UDN e o PL, dois partidos antigetulistas de orientação liberal-conservadora.

O estabelecimento do PSD como principal adversário do PTB no Rio Grande do Sul acarretou o enfraquecimento da seção estadual da UDN, partido que se afirmou como principal força antigetulista em nível nacional desde 1945. Dessa forma, a bandeira de oposição ao trabalhismo e ao getulismo no Rio Grande do Sul ficou a cargo, principalmente, do PSD que, ao longo da década de 1950, aliou-se ao PL e à UDN, partidos com menor força política no estado. Ao longo da década de 1950, o PTB e a coligação PSD/PL/UDN disputaram o apoio de outros partidos, como o PSP e o PRP. Já nas eleições de 1962 – que formou a Legislatura estudada – os trabalhistas ficaram isolados, concorrendo contra a maior coligação conservadora já vista no estado: PSD, PL e UDN receberam o apoio de PDC e PRP, formando, dessa forma, a Ação Democrática Popular (ADP).

Sobre a Doutrina de Segurança Nacional

Por ser um elemento de fundamental importância para o entendimento do Golpe Civil-Militar de 1964 e por estar presente nas representações encontradas nos discursos parlamentares que buscamos analisar, cabe aqui a apresentação de alguns aspectos da Doutrina de Segurança Nacional. Ela teve seu momento de criação no contexto de Guerra Fria, especialmente após Segunda Guerra Mundial. Com a derrota do nazi-fascismo, Estados Unidos e União Soviética emergiram como as duas maiores potências internacionais, representando modelos socioeconômicos que se colocaram em franca oposição: o capitalismo (oeste) e o socialismo (leste), o que é chamado por Nilson Borges (2017) de “antagonismo leste-oeste”.

Segundo este autor “a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais” (BORGES, 2017, p. 24). No contexto de Guerra Fria e bipolarização entre EUA e URSS era necessário estabelecer uma “segurança hemisférica” que pudesse dar conta de barrar a “ameaça comunista”, garantindo assim, a integridade do hemisfério ocidental. Dessa forma “a segurança dos Estados Unidos esteve ligada à segurança do bloco ocidental” (BORGES, 2017, p. 24).

De maneira geral, a Doutrina trabalha com diversos conceitos, dos quais muitos foram absorvidos na sua versão reelaborada no Brasil pela Escola Superior de Guerra (ESG). Um exemplo já mencionado é o de “guerra total”. O referido conceito deve ser entendido em seu duplo sentido: por um lado “faz um apelo a todas as formas de participação, excluindo [...] a neutralidade” (BORGES, 2017, p. 25); por outro, considera que a agressão pode vir não somente do exterior – do “comunismo internacional” – mas também do interior de cada país. Essa ameaça vinda de dentro das fronteiras de cada nação tem como consequência outro conceito: o “inimigo interno”. A partir deste, cria-se a premissa de que o comunismo seria “insuflado dentro das fronteiras nacionais de cada país” (FERNANDES, 2009, p. 2), através da infiltração de “elementos comunistas” em partidos, sindicatos, órgãos públicos e outras organizações da sociedade o que “consolida e justifica a repressão interior” (BORGES, 2017, p. 25), bem como a intervenção – no caso do Brasil o Golpe de 1964 – que vai garantir e até mesmo legalizar essa repressão.

Deste modo, o regime que tem por base a Doutrina de Segurança Nacional “se atribui uma *vocação revolucionária* destinada a modificar o *status quo*” (BORGES, 2017, p. 27), afinal, é necessário extirpar a “ameaça comunista”. Esse caráter “revolucionário” passa

a ser a justificativa para qualquer ação, pois todas as ações são postas como necessárias para que se atinja outro conceito proposto pela doutrina: “os objetivos nacionais”. Esses

“se dividem em permanentes e atuais (os primeiros são objetivos políticos que resultaram da interpretação dos interesses e aspirações nacionais, os segundos são derivados da análise da conjuntura e dos aspectos refratários à realização dos objetivos nacionais permanentes)” (BORGES, 2017, 30).

Assim, no contexto de Guerra Fria, que como já dito é fundamental para o surgimento da Doutrina de Segurança Nacional, qualquer “processo nacional de mudança social” é medido e pesado “em função de significação para um dos sistemas (leste-oeste) que disputavam, na época, a hegemonia mundial” (BORGES, 2017, p. 27-28). Portanto, qualquer fator que se colocasse como “antagonismo”, “pressão” ou “obstáculo” para segurança nacional e, por conseguinte, para a obtenção dos objetivos nacionais, deveria ser eliminado. É dessa forma que as Reformas do Governo João Goulart e as manifestações populares do período pré-1964 são classificados como “ameaça comunista” e, portanto, dignas de repressão, por estarem ameaçando a segurança e desenvolvimento do país.

Por conta disso, passa a ser fundamental outro conceito que serve de alicerce à Doutrina de Segurança Nacional: a noção de fronteiras ideológicas, “um tipo de fronteira que não separa um Estado-Nação de outro Estado-Nação, mas uma parte do povo de outra parte do povo, no interior de cada Nação” (BORGES, 2017, p. 27). Trata-se do “reconhecimento da existência de um *eu* e um *outro*. Este último por sua vez, é sempre identificado como sendo um inimigo” (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 85). A ideia de fronteira ideológica, além de servir ao propósito de expandir a repressão para além das fronteiras geográficas de um país – permitindo assim a vigilância de exilados (FERNANDES, 2009) –, serve para “aniquilar moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos” (BORGES, 2017, p. 28), garantindo assim que não haja oposição ao projeto político da Doutrina. Essa mesma noção também serve para distinguir “os inimigos, os indecisos e os neutros dos engajados” (BORGES, 2017), o que somente reforça a ideia já mencionada de que nessa “guerra total” não há espaço para neutralidade. Dessa forma, através de uma guerra psicológica e de métodos terroristas, o Estado de Segurança Nacional trata de intimidar o “inimigo interno” e dissuadir a indecisão e neutralidade que possa haver nos setores da sociedade.

Em suma, se pode dizer que os Estados inspirados pela Doutrina de Segurança Nacional estabelecem objetivos a serem alcançados pelo país, ao mesmo tempo em que identificam “os limites impostos pelos obstáculos e pelos antagonismos internos e externos” (BORGES, 2017, p. 31), que podem interferir na busca desses objetivos. No dizer de Borges, essa “determinação dos objetivos nacionais [...] é o pilar sobre o qual se define a segurança

nacional de um país” (BORGES, 2017). Os ditos “antagonismos internos”, normalmente estão relacionados aos “inimigos internos”, que têm um significado amplo e são definidos pelos próprios órgãos de repressão. Por conta disso, como coloca Ananda Fernandes (2009), essa indefinição do inimigo interno gerava eficiência às medidas repressivas e ele era visto como “sinônimo desde grupos armados de esquerda, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime” (FERNANDES, 2009, p. 2).

Como dito anteriormente, no Brasil a Doutrina de Segurança Nacional foi alicerce para o Golpe de 1964, bem como para a Ditadura que comandou o país entre 1964 e 1985. Concebida nos Estados Unidos, ela chegou ao Brasil através dos militares, especialmente devido ao contato entre oficiais brasileiros com a “máquina de guerra” estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial. Essa relação entre as duas Forças Armadas ainda foi reforçada pela participação de militares brasileiros em cursos das escolas de guerra norte-americanas (BORGES, 2017). Segundo Eliézer Rizzo de Oliveira, em nosso país, a principal reprodutora da Doutrina é a Escola Superior de Guerra (ESG) (1978 *apud* BORGES, 2017.). Fundada em 1949, a ESG “se tornou um bastião do anticomunismo e a defensora do livre comércio” (BORGES, 2017, p. 36) e foi responsável por uma “releitura” da Doutrina para a realidade brasileira.

Como coloca Serbin (2001, p. 87 *apud* BORGES, 2017, p. 36), a formulação da Doutrina pela ESG pretendia “resgatar o desejo secular do Brasil de se tornar uma potência mundial e colocar as Forças Armadas como defensoras da civilização cristã ocidental contra o comunismo”. Tendo esse objetivo como mote, a ESG buscou propagar a Doutrina, de modo a interferir no processo político brasileiro. A principal ferramenta para essa propagação eram cursos realizados pela Escola “que de início eram dirigidos somente a militares”, mas que, posteriormente, passaram a atingir “também segmentos civis, notadamente profissionais liberais, empresários, magistrados, sindicalistas, professores universitários e até dirigentes de órgãos públicos” (BORGES, 2017). Através de seus cursos a ESG – juntamente de suas filiais estaduais chamadas de Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg) – procuravam incutir no imaginário de seus “alunos” os conceitos que abordamos anteriormente: a ideia de que o “inimigo interno” está infiltrado nos mais diversos órgãos da sociedade brasileira, pronto para ameaçar as instituições da sociedade cristã-ocidental. Dessa forma, em um contexto de “guerra total” contra essas “ideologias estranhas”, não havia espaço para neutralidade.

Articulação civil-militar no Rio Grande do Sul

Conforme mencionado no início desse artigo, a obra de René Dreifuss talvez seja a principal contribuição no sentido de evidenciar a ação calculada e articulada entre lideranças civis e militares para desestabilizar o Governo João Goulart e as forças reformistas na busca de apoio entre segmentos da sociedade para a solução golpista. O autor procura demonstrar como setores civis e militares estavam em articulação através do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – o que ele chamou de complexo IPES/IBAD – bem como a ESG, além de outras instituições, para “esvaziar boa parte do apoio ao Executivo” e “reunir as classes médias contra o governo”, “através de sua campanha ideológica” (DREIFUSS, 1981, p. 259).

Nosso objetivo principal nesse trabalho é demonstrar o quanto as representações encontradas nos discursos dos parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul estavam alinhadas aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, que tinha na ESG sua principal difusora e que foi fundamental para a campanha ideológica levada a cabo pelo complexo IPES/IBAD. Tal fato serve para realçar o quanto a campanha ideológica contra o governo fundamentou a atuação de políticos contrários às forças nacional-reformistas em diversos níveis da disputa política, já que nossa pesquisa representa o caso de uma Assembleia Legislativa estadual.

Uma das relações abordadas por Dreifuss em sua obra é a que se deu entre oficiais da ESG, membros do complexo IPES/IBAD e membros de partidos políticos liberal-conservadores. O autor destaca a atuação do complexo IPES/IBAD no Congresso Nacional, no entanto, a articulação entre os níveis federal e estadual nos permitem crer que havia uma circularidade de informações e ideias. Dreifuss inclusive considerava que a frente política nos partidos liberal-conservadores no Congresso, a Ação Democrática Parlamentar (ADP), era “uma eficaz ‘caixa de ressonância’, estimulando o apoio público para as táticas propostas de diretrizes políticas com orientação do complexo IPES/IBAD” (DREIFUSS, 1981, p. 320).

No Rio Grande do Sul, devido as clivagens locais, os partidos com mandato no parlamento que aderiram ao golpismo foram o PSD, a UDN, o PL, o PDC e o PRP⁷. Esses partidos que se articularam, nas eleições de 1962 – para o executivo estadual, Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Senado –, na coligação ADP⁸, foram os principais

⁷ Para uma análise do sistema partidário no Rio Grande do Sul durante a Experiência Democrática (1945-1964) ver: CÂNEPA, 2005 e FLACH; CARDOSO, 2007.

⁸ Não confundir com a Ação Democrática Parlamentar (ADP), frente dos partidos liberal-conservadores no Congresso Nacional.

apoiadores do Golpe de 1964 no legislativo gaúcho, como também os principais críticos e opositores do Governo Goulart e das forças nacional-reformistas. Dos partidos mencionados, dois deles se destacam como abrigo de oficiais militares ligados a ESG: a UDN e o PDC (DREIFUSS, 1981). Outro exemplo mencionado pelo autor que nos permite considerar a existência da influência de IPES/IBAD e ESG nos deputados estaduais do Rio Grande do Sul da legislatura 1963-1966 é a figura do deputado Alberto Hoffmann, membro da referida legislatura e considerado por Dreifuss (1981, p. 321) como uma das “influentes figuras políticas” que “constituíam o bloco da ADP no Congresso e nas Assembleias Estaduais”.

Além disso, destaca-se a interferência financeira nas eleições de 1962, nas quais “o complexo IPES/IBAD patrocinou candidatos formulando os seus programas eleitorais” (DREIFUSS, 1981, p. 324). No Rio Grande do Sul duas candidaturas para o governo do estado foram financiadas para concorrer contra Egidio Michaelsen, candidato do PTB: Ildo Meneghetti, político do PSD que concorria pela ADP, e Fernando Ferrari, do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), dissidência do PTB. Tal fato nos permite inferir que candidaturas para a Assembleia Legislativa também tenham recebido verbas do IPES/IBAD em troca de posições contrárias ao Governo Goulart e suas propostas reformistas.

Duas situações específicas servem como exemplo da atuação de parlamentares da Legislatura 1963-1966 no planejamento e na ação golpista. Ambos estavam licenciados de seus cargos na Assembleia e haviam assumidos secretarias do Governo Meneghetti. São os casos de Poty de Medeiros, da UDN, e Mário Mondino, do PDC. O udenista assumiu a Secretaria de Segurança em janeiro de 1964 e “viria a ter papel destacado nas articulações golpistas” (LAMEIRA, 2012, p. 212), como também na repressão após o Golpe. Já o pedecista ocupou a pasta do Interior e Justiça e participou de reuniões que teriam por objetivo a articulação golpista entre a base do governo ou com governadores de outros estados (LAMEIRA, 2012). Não por acaso, ambos garantiram cargos no aparelho de Estado durante muitos anos após o Golpe⁹.

Os discursos parlamentares e a Doutrina de Segurança Nacional

Nessa seção passaremos a exposição e análise dos elementos da Doutrina de Segurança Nacional nos discursos dos parlamentares da Assembleia Legislativa do RS. O procedimento utilizado foi o seguinte: após uma leitura inicial das fontes selecionadas,

⁹ Mais detalhes em: CATTO, 2017.

algumas comunicações, manifestações e discursos foram destacados. As representações presentes nos discursos destacados foram, então, classificadas de acordo com os conceitos da Doutrina apresentados na segunda seção desse artigo. É necessário destacar que essas representações estão sendo tratadas separadamente devido à forma de apresentação da pesquisa e à análise que foi realizada, pois no processo histórico, na maioria das vezes, elas estavam articuladas. Em realidade, poucas representações se sustentavam sozinhas, já que para fundamentar o conceito de “guerra total”, era necessária a identificação do “inimigo interno”, por exemplo.

Podemos dividir as características das representações em dois momentos: o pré-Golpe – engloba os períodos selecionados do ano de 1963 até 31 de março de 1964 – e o pós-Golpe – consiste nos momentos após a deflagração do movimento golpista, em 1º de abril de 1964. No primeiro momento, entre 1963 e março de 1964, apareciam representações relacionadas ao conceito de “guerra total”, pelo fim da neutralidade; contra os “antagonismos” e “obstáculos” que se colocavam “contra o Brasil”; além do estabelecimento de “fronteiras ideológicas” que começavam a identificar o “inimigo interno”, principalmente com a denúncia da “infiltração comunista”. Utilizando a formulação e manipulação de imaginários, podemos dizer que as representações, nesse momento, serviram para definir inimigos e rivais, denunciando modelos de “mal comportamento” e estabelecendo quem devia estar “fora” da sociedade brasileira.

No segundo momento, ou seja, após a deflagração do Golpe, as representações utilizaram os mesmos conceitos, mas serviram a outro propósito. Se antes de abril de 1964 a “guerra total” pedia a ação e mobilização contra o “inimigo interno”, após o Golpe esse conceito era utilizado como justificativa para a repressão; da mesma forma o conceito de “inimigo interno” era mobilizado nesse sentido: quem não estava adequado à representação da sociedade brasileira e gaúcha elaborada por aqueles parlamentares e aos modelos de bom comportamento, deviam ser extirpados e aniquilados. Para ser feita essa separação as “fronteiras ideológicas” eram bastante úteis.

A mobilização agora era no sentido de conquistar apoio e legitimidade para o Golpe, com isso, além da justificativa da repressão, eram utilizadas também as imagens dos objetivos a serem alcançados com a “revolução”, algo que era de fundamental importância para a Doutrina de Segurança Nacional. Foi nesse segundo momento que ficou mais evidente a relação entre ação e representação. As representações feitas pelos parlamentares ajudaram a justificar a ação repressiva e os adversários identificados nos discursos estavam de acordo com os políticos que foram presos e cassados. Além disso, estavam direcionadas para um futuro de “glórias”, com a conquista dos “objetivos nacionais”.

É nesse sentido que já no início do ano de 1963, em 6 de fevereiro, durante sessão da Comissão Representativa da Assembleia, houve um debate entre Henrique Henkin, do PTB, e Arthur Bacchini, da UDN. Enquanto o trabalhista elogiava a atuação de Leonel Brizola à frente do governo gaúcho no ataque ao “gravíssimo problema da terra no Rio Grande do Sul”, o parlamentar udenista afirmou que não poderia silenciar-se, porque considerava que o que o ex-governador tinha feito era “tumultuar o problema”. Negava que Brizola tivesse feito algo de útil, mas sim “confusão”¹⁰. Já é possível observar nessa fala a tendência de medir qualquer processo de mudança social em função do sistema leste-oeste (BORGES, 2017) e com isso, identificar os esforços do Governo Brizola pela reforma agrária, por exemplo, como um “antagonismo”, um “obstáculo” ou, nas palavras de Bacchini “tumulto” e “confusão”.

Alguns meses depois, em abril de 1963, encontramos representações que identificaram no “inimigo interno” a razão para esses obstáculos. Em 18 de abril, a pretexto de repercutir uma série de artigos do jornal conservador *Diário de Notícias*, o deputado Hed Borges, do PSD, identificou “elementos comunizantes” como responsáveis por intranquilizar o país através da pregação revolucionária. Segundo o deputado, “falsos democratas” estavam “dando cobertura aos comunistas”¹¹. Ao falar em “falsos democratas”, Borges pressupôs a existência de democratas verdadeiros, o que colocava uma fronteira entre aqueles que colaboravam com o “inimigo interno”, na visão de Borges, e aqueles que estavam engajados na guerra total contra o comunismo. A separação do povo brasileiro entre um “eu” e um “outro” – ou o “verdadeiro” e o “falso” –, sendo o segundo identificado como um colaborador ou como o próprio “inimigo interno”, também foi utilizada em outros momentos dos debates legislativos.

Algo que precisa ser mencionado, antes de seguirmos com a exposição e análise, é que nem sempre o motivo para a leitura das fontes em determinada data era encontrado no ato dessa leitura. Pretendíamos, através da leitura das Atas próximas ao dia 23 de julho de 1963, encontrar reações à rejeição da Emenda Bocaiúva Cunha pelo Congresso Nacional. No entanto, o parlamento gaúcho estava em recesso, e foi convocado somente devido a outro evento que acabou movimentando a sociedade gaúcha: a visita de Carlos Lacerda, líder da UDN e um dos principais opositores do Governo Goulart, ao Rio Grande do Sul e as manifestações contrárias ao político que foram alvo de violenta repressão policial. Na tentativa de atacar os manifestantes que protestaram contra o governador da Guanabara e justificar a repressão da qual foram alvo, o deputado Alexandre Machado, do PSD, também

¹⁰ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXIV, p. 24.

¹¹ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXV, p. 337.

estabeleceu uma divisão entre os que eram brasileiros e os que não eram: para Machado, aqueles que protestaram contra Lacerda não eram o povo, pois “aqueles homens que lá estavam eram financiados”¹². Notamos novamente a criação de uma separação, visando identificar os adversários como “de fora” da sociedade e deslegitimá-los.

Um aspecto diferente do conceito de “guerra total”, não tão relacionado com o “inimigo interno” antes mencionado, mas com a crítica à neutralidade, foi abordado durante os debates legislativos que repercutiram a Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963. No dia 12, após a deflagração da Revolta em Brasília, durante a madrugada, o deputado Ariosto Jaeger, do PSD, atacou o governo e o presidente João Goulart, por sua suposta omissão. Lembramos que no contexto de “guerra total” não havia a espaço para a neutralidade, segundo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Entretanto, mesmo nesse contexto, o governo passava por uma “crise de autoridade” por conta de sua omissão, na visão Jaeger¹³.

Os discursos a respeito da Revolta dos Sargentos foram motivação para haver, também, a denúncia da infiltração comunista e, portanto, novamente, do “inimigo interno”. Seguindo o argumento de Ariosto Jaeger, o deputado Paulo Brossard, do PL, culpou as “omissões do Governo da República” pelos acontecimentos ocorridos em Brasília, mas acrescentou também a “ação subversiva, contínua e reiterada” que vinha “desenvolvendo o Governo Federal”. Segundo Brossard “os mais notórios elementos vermelhos” do país haviam se instalado “já no próprio Palácio presidencial da República”¹⁴. O Governo, portanto, era conivente com a “infiltração comunista” que estava ocorrendo.

A representação que tratava da “omissão” e da “neutralidade” do governo federal apareceu, muitas vezes, articulada a ideia de que ele era, também, um obstáculo para se resolver a crise que vivia o país. Dessa forma, além de ser “omisso” o governo era um “antagonismo”. Foi assim que, no dia 17 de setembro de 1963, Gudbem Castanheira, deputado pelo PL, atacou o Governo Goulart, ao defender um pronunciamento do senador Mem de Sá, seu correligionário. Para o libertador, seu colega senador vinha demonstrando em seus pronunciamentos “a agitação pública” e “os desmandos e estado caótico e catastrófico” no qual se encontrava o país “sob a direção do Sr. João Goulart”¹⁵. Esse ataque vinha ainda no contexto relacionado a Revolta dos Sargentos, porém não foi exclusividade desse momento.

¹² Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXVII, p. 8.

¹³ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXIX, p. 123.

¹⁴ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXIX, p. 147.

¹⁵ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXIX, p. 195.

No mês seguinte, em outubro de 1963, após a entrevista de Carlos Lacerda para o *Los Angeles Times*¹⁶ ter repercutido na imprensa, as disputas se intensificaram no parlamento gaúcho. Aproveitando o comentário do deputado trabalhista Pedro Simon, sobre a nota lançada pelos ministros militares de Jango, na qual repudiavam as declarações de Lacerda, o deputado Paulo Brossard falou que a situação não passava de mais uma forma de o governo fazer “agitação” e “fabricar” mais uma crise. Novamente a atuação de Goulart e seu governo foi colocada como uma criadora de “pressões” e “obstáculos” para o país¹⁷. Essa representação ficou ainda mais evidente no discurso de Amaral de Souza, do PSD, já abordando o pedido de Estado de Sítio feito pelo presidente em 4 de outubro. Segundo concebia o pessedista, o desenvolvimento do país agora enfrentava, também, “os demagogos, os homens sem escrúpulos que querem apenas o proveito político para atingir o poder”¹⁸. Nota-se que o governo e o próprio João Goulart eram, na concepção do deputado, “empecilhos” para que o país alcançasse seus objetivos de desenvolvimento.

Foi também devido ao pedido de Estado de Sítio que apareceram críticas a neutralidade, em um momento em que ela era inaceitável. No entanto, se antes era criticada a suposta omissão e neutralidade que partia do governo federal, agora se criticava a neutralidade das “pessoas de bem”, que não se opunham a situação vivida pelo país. Dessa forma, Arthur Bacchini, deputado da UDN, dizia que o mal do país não era pela “ousadia dos maus”, mas, principalmente pela “covardia e pelo comodismo dos bons”¹⁹. Como fica evidente, os “maus” estavam no campo oposto ao que o parlamentar se colocava.

A crítica à neutralidade era uma das representações mais utilizadas por Arthur Bacchini. Ele a retomou em diversos outros momentos, com destaque para dezembro de 1963, ao reproduzir na tribuna um manifesto do Governo Ildo Meneghetti. Dizendo falar “em nome do Rio Grande do Sul democrata” – maneira pela qual o deputado criava uma fronteira entre os “verdadeiros” e “falsos” democratas do estado – ele afirmou ter “chegado momento” desse “Rio Grande do Sul democrata” se unir, “em defesa do Rio Grande e do Brasil, em defesa da democracia e em defesa da civilização cristã”. Afirmou o deputado que através dessa união “o Brasil democrático e cristão” jamais cairia “nas garras do esquerdismo ou do comunismo”²⁰. No momento em que a própria civilização estava em jogo

¹⁶ O governador da Guanabara afirmou nessa entrevista que “o Sr. João Goulart não chegaria ao fim do seu Governo” e que o presidente só “permanecia no Brasil, exclusivamente, porque as Forças Armadas não tinham ainda encontrado uma solução para derrubá-lo sem derramamento de sangue”. Essas declarações causaram grande instabilidade no meio político.

¹⁷ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX, p. 3.

¹⁸ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX, p. 54.

¹⁹ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX, p. 50.

²⁰ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXII, p. 218.

era inconcebível, para o deputado Bacchini, a opção por não tomar posição e manter-se neutro.

A mesma construção foi utilizada por outros parlamentares, com o pretexto de congratularem-se com o manifesto do governo estadual. É preciso destacar que essa atuação, procurando reverberar o que havia sido dito pelo governador, aconteceu alguns dias antes da denúncia falsa de que um golpe estava em marcha, feita pelo Chefe da Casa Civil do governo estadual, Plínio Cabral, que, como já mencionamos, era uma estratégia para causar mais problemas para o Governo Goulart. Gudbem Castanheira, membro do PL, foi outro parlamentar que utilizou o momento para dizer que “uma onda eminentemente esquerdista” desejava aniquilar a nação “com correntes ideológicas verdadeiramente incompatíveis” com o passado do país e com sua “tradição eminentemente cristã e democrática”. Em seguida, o deputado pediu o fim de qualquer relutância na luta contra o comunismo, pois a situação exigia “a todos os homens públicos pertencentes aos Partidos eminentemente democráticos, uma palavra decisiva”, porque a democracia do país estava “periclitando por falta de mais patriotismo”²¹.

A denúncia de um suposto golpe, feita pelo Chefe da Casa Civil do Governo Meneghetti, motivou a convocação extraordinária da Assembleia nos primeiros dias de janeiro de 1964. Tal fato fez com que as questões candentes debatidas pela sociedade brasileira naquele período fossem retomadas. Novamente ao debaterem sobre a reforma agrária, foi possível notar que os processos de modificação social eram vistos e medidos a partir da já referida oposição entre EUA e URSS, o antagonismo leste-oeste, como define Borges (2017). Era um contexto em que reformas eram consideradas necessárias por todos os grupos políticos, no entanto, qualquer movimento nesse sentido, que fosse feito pelo governo federal, era alvo de críticas. Foi com essa inspiração que, em 3 de janeiro, o deputado Porcínio Pinto, do PSD, defendeu que o povo exigia “uma verdadeira reforma agrária consentânea com os altos interesses do povo rio-grandense e do povo brasileiro”. Por outro lado, o parlamentar criticava a “reforma agrária preconizada pela SUPRA”²², que para ele não era “reforma agrária nem aqui nem em lugar nenhum”, era somente “uma utopia” ou “o dismantelamento da iniciativa privada”²³.

Após as sessões extraordinárias no início de 1964 e a constatação de que a denúncia não passava de uma mentira, a Assembleia do Rio Grande do Sul voltou ao recesso,

²¹ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXII, p. 224.

²² A crítica do pessedista era direcionada ao que viria a ser o decreto da SUPRA, assinado pelo presidente, em 13 de março de 1964, no Comício da Central do Brasil. Tal decreto desapropriava propriedades privadas com mais de 100 hectares que ladeassem rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos federais, era “‘primeiro passo’ na direção da Reforma Agrária” (TOLEDO, 2004, p. 98).

²³ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 23.

retomando os trabalhos somente em março daquele ano. As primeiras discussões foram direcionadas para comentar o comício da Central do Brasil, que ocorreu em 13 de março, no estado da Guanabara e significou “a efetiva guinada para a esquerda’ do governo Goulart”, além de visar “demonstrar o apoio popular às propostas de Reformas de Base do governo” (TOLEDO, 2004, p. 95).

Foi em 16 de março que se iniciaram as críticas dos deputados conservadores ao evento ocorrido dias antes. Nesse momento, novamente, foi possível notar que qualquer pressão social por mudança era medida de acordo com a disputa mundial entre capitalismo e socialismo, e dessa forma, tratado como uma ameaça. Segundo Gudbem Castanheira, do PL, ele se encontrava estarrecido que “num país eminentemente democrático e eminentemente cristão” tenha se realizado movimento que fez uso “dos métodos mais soviéticos de que dá notícia a História democrática da nossa Pátria e por incrível que pareça foi chefiado e patrocinado pelo Sr. Presidente da República”²⁴.

O comício de 13 de março significou, sem dúvida, uma transformação na atuação dos parlamentares, que pareciam não ter mais “pudores” para relacionar o Governo Goulart com a “ameaça comunista”. Não queremos dizer que antes de 13 de março tal relação fosse ausente, mas que era feita somente por uma minoria dos parlamentares, mais claramente por Paulo Brossard. Após o comício a relação passou a ser generalizada nos discursos dos conservadores.

Foi nessa atmosfera de ataques a “infiltração comunista” e àqueles que permaneciam neutros – num contexto em que os brasileiros eram divididos entre “verdadeiros” e “falsos” democratas e nacionalistas –, que ocorreu a deflagração do Golpe Civil-Militar de 1964. Na passagem do dia 31 de março para 1º de abril o general Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, sediada em Minas Gerais, com o apoio do governador daquele estado, o udenista Magalhães Pinto, iniciou a marcha em direção ao estado da Guanabara, onde encontrava-se o presidente João Goulart. As primeiras manifestações na Assembleia, no entanto, não foram de apoio ao Golpe, mas sim de contestação ao que estava acontecendo e partiram, obviamente, de parlamentares ligados ao PTB, partido do presidente.

Os discursos em apoio ao Golpe não tardaram a aparecer e buscaram justificar o que ocorria baseado nos conceitos e representações já expostos. Assim, em 1º de abril, Antonino Fornari, do PSD, afirmou que a luta que se esboçava no país era “conhecida de todos”, era contra a “marcha que se instaurou para a cubanização da nossa Pátria, a marcha que se instaurou para o desrespeito a nossa democracia, a marcha que se instaurou para ferir as

²⁴ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 12.

instituições democráticas e cristãs do povo brasileiro”²⁵. Nota-se nesse discurso a representação da “ameaça comunista” que nada mais era do que o inimigo maior no contexto de “guerra total”. Tal “ameaça”, por si só, justificava a ação repressiva e golpista, desde que essa servisse para garantir a representação da sociedade brasileira que foi feita pelo parlamentar: democrática e cristã.

A partir da deflagração do Golpe pudemos encontrar, também, uma representação até então inédita entre os discursos da Assembleia. Considerando a participação dos militares na ação que ocorreu naquela madrugada, os parlamentares passaram a agradecer às Forças Armadas, que foram tratadas, então, como salvadoras da nação. Tal característica era própria da formulação feita pela ESG da Doutrina de Segurança Nacional, que definia as Forças Armadas como defensoras da civilização ocidental e cristã contra o comunismo. Dessa forma, Gudbem Castanheira, em 2 de abril, disse que a democracia brasileira estava em festa “pela maneira elegante e elogiável com que se conduziram as Forças Armadas do Brasil, sentinelas da legalidade, que houveram por bem retirar da Presidência da República aquele que há muito” vinha “rasgando a Constituição e ferindo os direitos individuais”²⁶. Ou seja, para os golpistas não só o movimento era legítimo, como as Forças Armadas agiram de forma digna de agradecimento.

Para justificar o Golpe, como não poderia ser diferente, a existência do “inimigo interno” foi novamente denunciada e, dessa vez, os deputados deixaram bem claro quem era esse inimigo: não somente os comunistas, mas também os trabalhistas. Hed Borges identificou o inimigo também entre os trabalhistas pelo fato de, segundo ele, esses serem “os homens que querem democracia e andam de braços dados com os comunistas”²⁷.

Além disso, a existência desses inimigos, no momento em que o Golpe era vitorioso, justificava que houvesse repressão. Dessa forma, a tentativa de resistir ao movimento golpista através de “proclamações pedindo e apelando para as concentrações de pessoas” era motivo suficiente para justificar a repressão que já era noticiada por deputados trabalhistas na Assembleia. Pelo menos era essa a defesa feita pelo deputado Otávio Germano, do PSD, que afirmou, no dia 2 de abril, que era “dever fundamental de um governo defender, proteger e assegurar a liberdade” porque a ninguém era “lícito o direito [...] de fazer com que a desordem” se instalasse na capital”²⁸.

Assim, os argumentos que já vinham sendo construídos durante o ano de 1963 foram retomados para, agora, justificar o Golpe, tratá-lo como necessário e legitimar o poder que

²⁵ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 171.

²⁶ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 188.

²⁷ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 189.

²⁸ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 194.

estava se constituindo. Para o pessedista Amaral de Souza, o que havia ocorrido era um retorno à legalidade, pois “o Brasil que era governado pelo ex-Presidente João Goulart, vinha vivendo em plena ilegalidade” e o “movimento que empolgou o Brasil foi, na realidade, um movimento de restauração democrática”²⁹. Percebe-se, então, que o Governo Goulart era um obstáculo para o Brasil, representação que havia sido utilizada anteriormente.

Uma novidade, entretanto, era a construção de imagens do futuro, no qual o Brasil, livre dos obstáculos, dos antagonismos e das pressões internas, podia enfim desenvolver-se e alcançar seus objetivos. Foi o que Júlio Brunelli, da UDN, afirmou que ocorreria: “Com a instituição do novo Governo, o povo brasileiro” teria “a tranquilidade que tanto aspira para poder trabalhar e viver”³⁰. Discurso semelhante fez Getúlio Marcantônio, em 6 de abril. Na concepção desse parlamentar do PL, após ter “raiado novo sol à Democracia brasileira” parecia que “agora, neste clima de ordem e tranquilidade” era “chegado o momento de que grandes reformas” seriam, “realmente, executadas”³¹.

Todo esse “novo clima democrático” serviu, para os parlamentares apoiadores do Golpe, como justificativa para qualquer ação repressiva. Getúlio Marcantônio disse, em 4 de abril, que só “foram expurgados dos postos de comando aqueles que pregavam o nacionalismo para atrair os estudantes, os patriotas, quando na realidade queriam entregar o nosso País ao mais internacional dos regimes, ao regime comunista”³². Ou seja, os “verdadeiros nacionalistas” não precisavam se preocupar, pois só foram atacados aqueles que eram “falsos” nacionalistas, inimigos infiltrados. Arthur Bacchini, por outro lado, defendeu que as prisões eram, somente, “medidas preventivas” justificáveis pelo momento de “revolução”³³. O mesmo foi dito por Alfredo Hoffmeister, do PSD, que questionou, ao comentar as prisões dos próprios colegas de Legislatura: “Mas, será que não sabem que estamos saindo de uma revolução, será que ainda não identificaram que houve um movimento cívico-militar no País?”³⁴. Já Porcínio Pinto culpou os alvos da repressão pelo que sofreram: “se prisões houveram depois de uma revolução como a que presenciamos, é lógico que algo deve ter acontecido”³⁵.

E até mesmo quando ocorreram as primeiras cassações no legislativo gaúcho a tônica continuou sendo a mesma. Ao repercutir esses acontecimentos, já em 12 de maio de 1964, Júlio Brunelli disse lamentar o afastamento de seus colegas de Legislatura, mas

²⁹ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 202.

³⁰ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 44.

³¹ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 126.

³² Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 307.

³³ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 132.

³⁴ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 139.

³⁵ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 140.

procurou, em seguida justificá-los, afirmando que se estava “vivendo uma situação toda especial da vida nacional”, pois “houve uma revolução neste País”, para “abolir uma situação dominante que pretendia nos levar ao caos”³⁶.

Conclusão

Como mencionado anteriormente, o que foi apresentado nesse artigo consiste em uma contribuição a uma interpretação que deu complexidade a interpretação do Golpe Civil-Militar de 1964. Tendo por inspiração a obra de René Dreifuss (1981), que evidenciou a articulação entre civis e militares para a derrubada de João Goulart, procuramos demonstrar que os deputados do parlamento gaúcho estavam alinhados aos conceitos da propaganda ideológica feita pelo complexo IPES/IBAD e pela ESG. Muito provavelmente, alguns dos parlamentares mencionados aqui estiveram ativos na conspiração golpista contra o governo federal, seja por fazerem parte de partidos políticos que atuavam conjuntamente ao IPES, ao IBAD e a ESG, ou por atuarem em secretarias do governo do estado do Rio Grande do Sul. Nosso objetivo aqui, no entanto, não era mapear essa participação, mas sim a construção e manipulação de um imaginário favorável à solução golpista, que pôde legitimá-la e justificá-la. Identificamos, assim, os conceitos da Doutrina de Segurança Nacional nas representações presentes nos discursos dos parlamentares conservadores.

Dessa forma, foi possível perceber que a ideia de uma “guerra total”, do “inimigo interno”, a criação de “fronteiras ideológicas” e o estabelecimento de “objetivos nacionais” estavam presentes e articulados nas comunicações dos deputados, sempre que havia a necessidade de atacar o Governo Goulart ou, após o Golpe, legitimar o novo poder instituído e justificar a solução golpista. A presença de elementos da Doutrina nos discursos parlamentares tem sua importância revelada ao considerarmos, juntamente com a historiografia, que ela foi um dos principais alicerces para o Golpe de 1964 e para a Ditadura instaurada a partir dele, sendo veiculada no Brasil, principalmente, pela Escola Superior de Guerra, e inspiração para a campanha ideológica do complexo IPES/IBAD em sua busca para diminuir o apoio que possuía o poder executivo comandado por João Goulart. Em síntese, procuramos aqui demonstrar o quanto os partidos conservadores, também em nível estadual, estavam alinhados aos fundamentos principais do discurso golpista.

³⁶ Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXV, p. 80.

"THE MOST NOTORIOUS RED ELEMENTS OF THIS COUNTRY ARE INSTALLED ALREADY IN THE REPUBLIC PRESIDENTIAL PALACE ITSELF": THE NATIONAL SECURITY DOCTRINE IN THE SPEECHES OF MEMBERS OF THE LEGISLATIVE ASSEMBLY OF RIO GRANDE DO SUL (1963-1964)

Abstract: This work aims to analyze the performance of the parliamentarians of the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul from 1963 to 1966 that were oppositors to the Government of João Goulart and in support of the 1964 Civil-Military Coup. Through the conception that the Coup movement had a large participation of civilians, including through conservative political parties, this work aims to find elements that show the alignment of the parliamentarians of this Legislature with the concepts of the National Security Doctrine, one of the main foundations of the Coup. Their discourses were studied and analyzed in order to find the elaboration of imaginaries based on elements of the Doctrine, such as: the concepts of "total war", "internal enemy" and "ideological frontiers". Methodologically, qualitative content analysis was used. Theoretically, this study was based on the concept of imaginary, proper to Political History and considered a fundamental part of the political dispute and the legitimation of power.

Keywords: 1964 Civil-Military Coup. National Security Doctrine. Legislative Assembly of Rio Grande do Sul.

Referências

ASSUMPÇÃO, Maria B. Fronteiras territoriais *versus* fronteiras ideológicas: a geopolítica do anticomunismo no marco das discussões sobre Terrorismo de Estado no Cone Sul. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, n; 27, p. 178-194, 2012.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In*: LEACH, Edmund *et al.* **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BOBBIO, Norberto, O Estado e o poder. *In*: BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 76-86

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 13-42. v. 4.

CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe de 1964. **História & Luta de Classes**, Marechal Cândido Rondon, ano 1, n. 1, p. 55-76, 2005.

CÁNEPA, Mereces M. L. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

CAREGNATO, Rita; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 4, n. 15, p. 679-684, out./dez. 2006.

CATTO, Guilherme. Carreiras políticas de sucesso: o apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964 e o recrutamento da elite política gaúcha. **Aedós**: Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 155-175, dez. 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultura entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e Golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DELGADO, Lucília de A. N. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-154.

FERNANDES, Ananda S. A perseguição além da fronteira: os órgãos de repressão e espionagem da Ditadura brasileira para o controle dos exilados brasileiros no Uruguai. **Estudios Historicos**, Rivera, n. 1, p. 1-19, mai. 2009.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O sistema partidário: a redemocratização (1945-1964). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Coord.). GERTZ, René. (Dir.). **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**, Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 59-82. v. 4.

LAMEIRA, Rafael F. **O Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul: A ação política liberal-conservadora**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999

MOTTA, Rodrigo P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

TOLEDO, Caio N. de. **O Governo Goulart e o golpe de 1964**. São Paulo: Braziliense, 2004.

SOBRE O AUTOR

Guilherme Catto é mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Recebido em 30/04/2019

Aceito em 16/05/2019